

Descolonizando mentes – perspectivas linguísticas anticoloniais nas ensaísticas de James Joyce e Ngũgĩ wa Thiong’o

Tarso do Amaral de Souza Cruz¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: Tendo como tema as produções ensaísticas do irlandês James Joyce e do queniano Ngũgĩ wa Thiong’o, o artigo tem como objetivo principal apontar perspectivas anticoloniais convergentes em ensaios escritos por Joyce nos primeiros anos do século XX e na obra *Decolonizing the Mind*, de Ngũgĩ, em especial no que diz respeito ao uso da língua inglesa. Para tanto, discute os contextos coloniais que ensejaram as rebeldes concepções linguísticas expressas pelos supracitados autores, assim como algumas das reverberações de tais noções em suas obras ficcionais, tendo como pressupostos teóricos ideias de autores como Terry Eagleton, Ellen Meiksins Wood, Frantz Fanon, Achille Mbembe, Stuart Hall, Edward Said além dos próprios Joyce e Ngũgĩ wa Thiong’o. A título de ilustração dos pontos levantados, o artigo abordará trechos significativos de ensaios teórico-críticos de Joyce e Ngũgĩ que evidenciem como os distintos, porém relacionados entendimentos refratários à vigência hegemônica da língua inglesa nos contextos coloniais da Irlanda e do Quênia engendraram dois projetos literários subversivos em relação ao uso do idioma imposto pelo Império Britânico.

Palavras-chave: James Joyce. Ngũgĩ wa Thiong’o. Ensaística. Anticolonialismo.

Tanto o irlandês James Joyce quanto o queniano Ngũgĩ wa Thiong’o são autores de obras ficcionais que os tornaram famosos para bem além das fronteiras de suas terras natais. Porém, as semelhanças entre as trajetórias, obras e temáticas abordadas pelos dois autores extrapola o fato de serem romancistas consagrados. Ambos são provenientes de países que, quando do início de suas carreiras literárias, eram colônias do Império Britânico; ambos recorreram ao autoexílio; é possível vincular a obra de ambos às inovações e ao experimentalismo modernista; ambos produziram textos não-ficcionais de significativa importância para o todo de suas obras; ambos retrataram, tanto em textos ficcionais quanto em produções de cunho ensaístico, certo incômodo trazido pelo uso da língua inglesa como veículo principal de suas obras literárias.

Posto isto, o presente artigo tem como principal finalidade tratar de pontos e perspectivas convergentes nas ensaísticas de Joyce e Ngũgĩ, em especial aqueles vinculados a uma perspectiva anticolonial (ou decolonial) no que diz respeito ao uso da língua inglesa. Para tanto, serão abordados alguns ensaios que Joyce produziu ainda nos primeiros anos do século XX, assim como a coletânea de ensaios *Decolonising the Mind*, de Ngũgĩ wa Thiong’o, publicada originalmente em 1986. Começamos pelos ensaios de Joyce.

¹ Professor de Literaturas de Língua Inglesa na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Membro da Associação Brasileira de Estudos Irlandeses (ABEI), dos grupos de pesquisa Estudos Joyceanos no Brasil e Poéticas da Diversidade e do grupo de estudos Here Comes Every Joyce, parte do projeto de extensão Writing Hub/Ateliê Literário. Integrou o Coletivo Finnegans, responsável por *Finnegans Rivolta*, tradução para o português de *Finnegans Wake*, de Joyce, obra vencedora do 65o Prêmio Jabuti na categoria Tradução. E-mail: tarsodoamaral@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7025-6971>.

Já em “Drama e vida”, importante ensaio escrito em 1900 para ser lido diante da Associação de História e Literatura do University College de Dublin, Joyce conclamava sua plateia de conterrâneos a “criticar como um povo livre, como uma raça livre” (Joyce, 2012, p. 43). É possível vincular essa conclamação àquilo que Joyce via como sua opressiva realidade histórica. Se por um lado criticava a aderência a valores estéticos tradicionais e/ou tradicionalistas como grilhões que impediam a arte irlandesa de ser de fato livre, Joyce igualmente se via afrontado pela realidade colonial de sua terra e povo. Ademais, havia ainda um crescente e limitante movimento nacionalista irlandês e a onipresença da Igreja Católica. Nesse contexto, a inevitabilidade do uso da língua inglesa não passa despercebida, muito menos por Joyce. ‘Criticar como um povo livre, como uma raça livre’ passaria também por um abandono da língua inglesa e por uma adoção do idioma irlandês?

Dez anos depois de “Drama e vida”, Joyce publicaria no jornal triestino *Il Piccolo della Serra* outro ensaio em que retomaria a questão da língua inglesa dentro de uma discussão mais ampla sobre as relações entre a Irlanda e a Inglaterra. O ensaio, “O cometa do Home Rule”, originalmente escrito e publicado em italiano, foi vertido para o português por Dirce Waltrick do Amarante. Na última das três partes que o compõem podemos ler o seguinte:

Por sete séculos, ela [a Irlanda] jamais foi súdito fiel da Inglaterra. Por outro lado, tampouco tem sido fiel a si mesma. Entrou nos domínios ingleses sem realmente integrar-se neles. Abandonou quase totalmente sua língua e aceitou a língua do conquistador, sem ser capaz de assimilar sua cultura nem adaptar-se à mentalidade de que essa língua é o veículo. Traiu seus heróis, sempre nas horas difíceis e sempre sem receber recompensas por isso. Obrigou seus criadores espirituais a exilar-se, unicamente para depois se ufanar deles. Serviu fielmente a um patrão apenas, a Igreja católica romana, a qual porém, costuma pagar seus fiéis a prazo (Joyce, 2012, p. 226).

Além de manifestar suas constantes críticas às presenças britânica e católica na Irlanda, ao afirmar que a Irlanda ‘abandonou quase totalmente sua língua e aceitou a língua do conquistador, sem ser capaz de assimilar sua cultura nem adaptar-se à mentalidade de que essa língua é o veículo’, Joyce reconhece e expõe um incômodo linguístico, explicita o que acredita ser uma inadequação de sua terra natal à língua inglesa e vice-versa.

Tal incômodo é abertamente retomado em famosa passagem de *Um retrato do artista quando jovem*, em que Stephen, ao conversar com um deão de estudos inglês de sua universidade, pensa o seguinte:

A língua em que nós estamos conversando é dele antes de ser minha. Como são diferentes na boca dele e na minha voz palavras como *home, Christ, ale, master!* Eu não posso dizer nem escrever essas palavras sem que meu espírito se inquiete. A língua dele, tão familiar e tão estrangeira, será sempre para mim uma segunda língua. Eu não criei nem aceitei suas palavras. Minha voz as mantém afastadas. Minha alma se agita à sombra de sua língua (Joyce, 2016, 232).

Em seu primeiro romance, Joyce, além de explicitar, ao longo da narrativa, sua manipulação da língua de acordo com os estágios da vida de Stephen, coloca na mente do personagem considerações sobre a língua inglesa que muito provavelmente ele próprio, Joyce, teve ao longo de sua trajetória, como os trechos dos ensaios acima citados bem ilustram. Tais elocubrações carregam uma percepção imbricada de crítica ao domínio inglês, assim como de um sentimento de alienação em relação ao idioma em que fala, pensa e escreve. Isto é, Stephen e, obviamente, Joyce não viam a língua como “um instrumento transparente”² (White, 2006, p. 26), para nos valermos da terminologia empregada por Hayden White. Muito pelo contrário. A opacidade da linguagem é trazida à tona na narrativa e explicitada para o leitor por meio de uma revolta contra a sua própria vigência naquele contexto. Essa revolta, que a partir de certo momento da narrativa se intensifica e assume um caráter multifacetado – na medida em que são diversos os fatores que instigam a insubordinação de Stephen –, tem seu ápice na luciferina passagem em que o protagonista, assim como o anjo caído da mitologia cristã, afirma o seguinte: “I will not serve” (*P* 211) – ou em português, “Eu não vou servir” (Joyce, 2016, p. 291), na tradução de Caetano Galindo. Stephen – e em grande medida Joyce –, o rebelde, é também o insubmisso artista. Em outras palavras, ao e para se tornar artista, Stephen tem que necessariamente se rebelar contra sua realidade e buscar forjar outra, inclusive no que diz respeito ao(s) uso(s) da língua inglesa. Uma atitude que reflete algo que, já em 1902, Joyce havia escrito em um de seus ensaios de juventude sobre o poeta irlandês James Clarence Mangan: a poesia, a arte “é sempre [...] uma revolta, em certo sentido contra a realidade” (Joyce, 2012, p. 84).

Suas obras vão paulatinamente se mostrando cada vez mais avessas a regras impostas, inclusive e – talvez – principalmente em relação às regras da língua em que foram escritas: o inglês. Como aponta Edward Said (2011), no caso de Joyce, as experimentações modernistas de fato parecem andar lado a lado à resistência anti-imperialista.

² A tradução dessa e de todas as outras citações para as quais não foram encontradas versões em português é de minha responsabilidade. “a transparent instrument” (White, 2006, p. 26).

Andrew Gibson (2006), chega mesmo a falar em uma guerra cultural travada por Joyce não só contra o que via de problemático em sua terra natal ou nas restritivas convenções artísticas tradicionais, mas principalmente contra a Inglaterra e tudo o que ela sempre representou para o romancista – o agente de dominação de seu povo –, incluindo nessa equação a língua inglesa. A tardia publicação de *Ulysses* na Grã-Bretanha, 14 anos após seu lançamento original, rendeu a seguinte declaração de Joyce: “Agora a guerra entre a Inglaterra e mim, acabou e eu sou o conquistador” (Joyce *apud* Ellmann, 1989, p. 853). Joyce acreditava ter vencido o inimigo ao dominar completamente e subverter o idioma pelo qual dava sentido à realidade: a língua inglesa, suas convenções e tradição literária. Porém, o ‘golpe final’ de Joyce ainda estava por vir: *Finnegans Wake*.

Se *Ulysses* chacoalhou o romance, a tradição literária – particularmente a anglófona – e a língua inglesa em si, Joyce afirmou o seguinte em relação a *Finnegans Wake*: “*Je suis au bout de l’anglais*” (Joyce *apud* Ellmann, 1989, p. 673) – frase que pode ser traduzida como ‘Estou no fundo do inglês’ ou ‘Estou no fim do inglês’. Independentemente do modo como vertamos a colocação de Joyce para o português, ela exhibe uma noção de radicalidade no trato com a língua inglesa, algo claramente perceptível em qualquer página de *Finnegans Wake*.

Da perspectiva do trato com um idioma, poucas vezes – se é que alguma outra vez – se viu uma obra cujo autor se mostra tão obcecado em destrinchar, revirar, deturpar, subverter, corromper, perverter e, concomitantemente, expor as ilimitadas possibilidades que sua completa profanação oferece a todos os que, como ele, se valem do idioma inglês para se expressar. Se, como quer Roland Barthes (2006), a língua é fascista, Donald Schüler, nos lembra que Joyce faz dela um “tirano falido” (Schüler, 2022, p. 161). *Finnegans Wake* é, em certa medida, o ápice do projeto joyciano iniciado ainda nos ensaios de sua juventude: sua busca por liberdade de criação atinge resultados ainda hoje espantosos, particularmente se pensarmos no uso que Joyce faz da língua inglesa.

Joyce, no entanto, não foi o único romancista que, a partir de um incômodo gerado por uma suposta inevitabilidade do uso da língua inglesa, empreendeu atitudes radicais que afetariam significativamente o curso de sua obra literária. Vejamos como tal processo se deu com Ngũgĩ wa Thiong’o.

Ngũgĩ wa Thiong’o nasceu no Quênia, em 1938, e vem de uma família proletária da etnia gĩkũyũ, a mais numerosa do país. Seus familiares e conhecidos se comunicavam em gĩkũyũ, o idioma falado pelos membros de sua etnia. No entanto, a formação de Ngũgĩ não se deu somente no contexto familiar gĩkũyũ.

A peculiar trajetória acadêmica de Ngũgĩ foi determinante para seu futuro como autor. Sua formação foi marcada por uma ambivalência entre os valores provenientes da cultura gĩkũyũ e uma educação marcadamente ocidentalizante, uma vez que, como aponta Ângela Lamas Rodrigues,

Entre 1948 e 1955, Ngũgĩ estudou em uma Escola Independente Gĩkũyũ, mas cursou o segundo grau no centro missionário britânico Alliance High School. Passou os anos de 1959 a 1964 na Universidade de Makerere, no Uganda, e partiu em seguida para a Universidade de Leeds, na Inglaterra, onde se dedicou ao estudo da literatura caribenha (Rodrigues, 2011, p. 103-104).

Enquanto Ngũgĩ avançava em sua carreira acadêmica, seu país entrava em ebulição em meio aos movimentos por independência. Nos últimos anos da década de 1880, o território equivalente ao Quênia atual passou a fazer parte do vasto conjunto de possessões do Império Britânico. Porém, como na maioria das outras colônias britânicas, o domínio imperial na África, e, mais particularmente, no Quênia, não se deu de modo pacífico. Somente em 1963, o país conseguiria sua independência.

No entanto, os governos que se instalaram no Quênia pós-independência provaram não ser exatamente o que o povo almejava. Para Ngũgĩ wa Thiong’o, o que se deu foi uma “traição monumental para o neocolonialismo”³ (Ngũgĩ wa Thiong’o, 1994, p. 45). Do ponto de vista do autor,

A independência, pela qual milhares de quenianos morreram, havia sido sequestrada. Em outras palavras, [...] a transição do Quênia de uma colônia com os interesses britânicos sendo dominantes para uma neocolônia com as portas abertas para interesses imperialistas mais amplos, do Japão à América (Ngũgĩ wa Thiong’o, 1994, p. 45)⁴.

Os governos dos dois primeiros presidentes do Quênia independente, que duraram, respectivamente 15 e 24 anos cada um, foram marcados por práticas autoritárias que deixavam claro que lidavam de modo bastante questionável com críticas provenientes de sua população.

Por exemplo, em 1977, Ngũgĩ wa Thiong’o foi preso por criticar a sociedade queniana pós-independência. Nessa época, Ngũgĩ atuava no Kamĩrĩĩthũ Community

³ “Monumental betrayal into neo-colonialism” (Ngũgĩ wa Thiong’o, 1994, p. 45).

⁴ “Independence, for which thousands of Kenyans died, had been hijacked. In other words, [...] the transition of Kenya from a colony with the British interests being dominant to a neo-colony with the doors open to wider imperialist interests from Japan to America” (Ngũgĩ wa Thiong’o, 1994, p. 45).

Education and Culture Center, onde, dentre diversas outras funções que exercia, decidiu passar a escrever peças por meio das quais temas de relevância para a comunidade local pudessem ser abordados. Precisamente por conta dessas atividades, Ngũgĩ é levado para a cadeia e permanece em uma cela solitária de uma prisão de segurança máxima por mais de um ano.

Ngũgĩ foi libertado em 1979. Três anos depois, em 1982, o governo sentenciou o escritor à morte e o forçou a se exilar. Após passar mais de 20 anos exilado, Ngũgĩ voltou a seu país, em 2004, e novamente passou por outra experiência traumática: sua casa foi invadida, ele foi agredido e sua esposa violentada.

Atualmente, apesar de ter retornado outras vezes ao Quênia, Ngũgĩ vive como um autoexilado nos EUA, onde, além de continuar a produzir obras literárias e crítico-teóricas, atua como docente em universidades, já tendo trabalhado na Yale University, na New York University e na University of California.

Foi precisamente no período em que atuava no Kamĩrĩĩthũ Community Education and Culture Center que se deu o que Ngũgĩ entende como uma “ruptura epistemológica com seu passado” (Ngũgĩ wa Thing’o apud Rodrigues, 2011, p. 111). Parte significativa de tal ruptura está diretamente relacionada com o uso da língua inglesa. Vejamos a seguir o que Ngũgĩ wa Thing’o escreve sobre esse processo em *Decolonising the Mind*, uma coletânea de ensaios publicada por ele em 1986.

Segundo Ngũgĩ, com o domínio colonial/imperialista britânico, “No Quênia, o inglês se tornou mais do que uma língua: era *a* língua, e todas as outras tinham que curvar-se diante dela em reverência”⁵ (Ngũgĩ wa Thiong’o, 1994, p. 11). Contudo, o autor afirma que, “O uso do inglês como meu meio literário de expressão, particularmente no teatro e no romance, sempre havia me incomodado”⁶ (Ngũgĩ wa Thiong’o, 1994, p. 43). O incômodo expresso pelo queniano ecoa em grande medida aquele reconhecido e exposto por Joyce décadas antes.

Ngũgĩ vai além e afirma que

A língua inglesa abriu as portas para uma vasta gama de ficção [...]. Mas eu estava me sentindo cada vez mais desconfortável em relação à língua inglesa. Após eu ter escrito *Um grão de trigo*, eu entrei em crise – eu sabia sobre quem eu estava escrevendo, mas para quem eu estava escre-

⁵ “In Kenya, English became more than a language: it was *the* language, and all the others had to bow before it in deference” (Ngũgĩ wa Thiong’o, 1994, p. 11).

⁶ The use of English as my medium of expression, particularly in theatre and the novel, had always disturbed me” (Ngũgĩ wa Thiong’o, 1994, p. 43).

vendo? Os camponeses cujas lutas nutriam o romance nunca o leriam⁷ (Ngũgĩ wa Thiong’o, 1994, p. 72).

Na passagem acima, o autor menciona seu terceiro romance que trata exatamente dos movimentos rebeldes que lutavam pela independência do Quênia e que marcaram a década de 1950 no país. Simon Gikandi aponta que o *Um grão de trigo* se insere na “longa linhagem de romances modernistas cuja linguagem, sentido e visão são propelidos pela incerteza sobre a história, o lugar, a revolução e a moral” (Gikandi, 2015, p. 12). Isto é, Ngũgĩ wa Thiong’o se valia das experimentações modernistas às quais fora exposto durante sua trajetória acadêmica para retratar a realidade de seu povo que, segundo ele, não teria como ler sua obra por estar ela escrita em língua inglesa e não em gĩkũyũ. Como o próprio autor relata, uma crise se instaura: ‘para quem eu estava escrevendo?’.

Dez anos depois do lançamento de *Um grão de trigo*, Ngũgĩ wa Thiong’o lançaria seu próximo romance e sua derradeira obra de ficção escrita em língua inglesa. Nas suas próprias palavras:

Em 1977, publiquei *Pétalas de sangue* e disse adeus à língua inglesa como um veículo para a minha escrita de peças, romances e contos [...]. Este livro, *Decolonising the Mind*, é meu adeus à língua inglesa como um veículo para quaisquer dos meus escritos. De agora em diante é apenas gĩkũyũ e kiswahili até o fim⁸ (Ngũgĩ wa Thiong’o, 1994, p. xiii).

Desse ponto em diante, todas as obras literárias do romancista queniano passam a não mais serem escritas em língua inglesa, mas, sim, nos idiomas de seu povo.

Vale salientar que, mesmo não mais escrevendo suas obras em língua inglesa, Ngũgĩ wa Thiong’o é quem as verte para o inglês, a fim de que, segundo ele mesmo, exista a possibilidade de que outros além dos membros de sua etnia possam ter acesso a elas.

A ‘crise’ pela qual Ngũgĩ passa parece corroborar o que afirma Frantz Fanon, segundo quem, o colonialismo, “por ser uma negação sistematizada do outro, uma decisão furiosa de recusar ao outro qualquer atributo de humanidade, [...] compele o povo dominado a se interrogar constantemente: ‘Quem sou eu na realidade?’” (Fanon, 1968, p. 212). Ngũgĩ wa Thiong’o parece ter se encontrado como autor ao optar por escrever suas obras

⁷ “The English language opened the door to a wide range of fiction [...]. But I was becoming increasingly uneasy about the English Language. After I had written *A Grain of Wheat* I underwent a crisis. I knew whom I was writing about but whom was I writing for? The peasants whose struggles fed the novel would never read it” (Ngũgĩ wa Thiong’o, 1994, p. 72).

⁸ “In 1977 I published *Petals of Blood* and said farewell to the English language as a vehicle of my writing of plays, novels and short stories [...]. This book, *Decolonising the Mind*, is my farewell to English as a vehicle for any of my writings. From now on it is Gikuyu and Kiswahili all the way” (Ngũgĩ wa Thiong’o, 1994, p. xiii).

no idioma de seu povo e ao adotar o inglês apenas em um segundo momento. Já Joyce, como visto, optara por subverter a língua inglesa – e as tradições literárias a ela atreladas – gradativamente mais e mais ao longo de sua carreira, culminando com *Finnegans Wake*. São soluções diferentes para uma espécie de incômodo que parece ser comum aos dois escritores. Ao reelaborarem suas relações e as relações de suas obras com a língua inglesa, a reboque, redefinem-se como escritores e dão uma identidade a suas obras. Atitudes que parecem ilustrar o seguinte ponto levantado por Stuart Hall: “é somente pelo modo no qual representamos e imaginamos a nós mesmos que chegamos a saber como nos constituímos e quem somos” (Hall, 2013, p. 384).

Se, como argumenta John M. MacKenzie, o Imperialismo Britânico pode ser entendido “como um exercício prévio em globalização”⁹ (Mackenzie, 2006, p. 9), com a propagação de “uma única língua e elementos culturais, sistemas políticos, legais e educacionais comuns, assim como padrões comerciais, infraestrutura de transporte e fluxos de moedas”¹⁰ (Mackenzie, 2006, p. 9), o(s) incômodo(s) manifestado(s) por dois autores tão distintos e em contextos tão diversos em relação a estarem submetidos à língua desse império, pode(m) estar vinculado(s) a uma reação ao que Said entende como “um modelo geral de cultura imperial em âmbito planetário” (Said, 2011, p. 12), ou àquilo que Niall Ferguson chama de “Anglobalização” (Ferguson, 2010, p. 22). Isto é, o desenvolvimento de práticas colonialistas/imperialistas anglófonas iniciado pelo Império Britânico na Irlanda, propagado a diversas partes do mundo, inclusive no Quênia, e, em certa medida, atualizado pelos EUA em uma espécie de neocolonialismo, no que seria, como argumenta Ellen Meiksins Wood (2014), o ‘Império do Capital’.

Terry Eagleton, por sua vez, argumenta que “as vidas de povos coloniais são sempre determinadas, em última instância, a partir de algum outro lugar”¹¹ (Eagleton, 2011, p. 293). O(s) incômodo(s) sentidos por Joyce e Ngũgĩ parecem refletir uma percepção semelhante, em especial em relação ao uso da língua inglesa, na medida em que buscam se libertar – ou, ao menos tentar libertar suas obras – dessas determinações-amarras, linguísticas ou não, que a história impôs sob suas realidades.

As produções tanto de Joyce quanto de Ngũgĩ podem ser entendidas como parte de uma só reação, ou como defende Achille Mbembe, de um só impulso que “exprime a vontade dos escravos e colonizados de acabarem [...] de se autorrecriarem [...] de preferência

⁹ “an early exercise in globalization” (Mackenzie, 2006, p. 9).

¹⁰ “a single language and common cultural elements, political, legal and educational systems as well as commercial patterns, transport infrastructures and currency flows” (Mackenzie, 2006, p. 9).

¹¹ “the lives of colonial peoples are always ultimately determined from elsewhere” (Eagleton, 2011, p. 293).

através do seu trabalho e das suas obras; ou ainda de se apoderarem da sua própria origem, da sua própria certeza e do seu próprio destino no mundo” (Mbembe, 2014, p. 68-69).

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2004.
- EAGLETON, Terry. *The English Novel: An Introduction*. Oxford: Blackwell, 2011.
- ELLMANN, Richard. *James Joyce*. Trad. Lya Luft. São Paulo: Globo, 1989.
- FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FERGUSON, Niall. *Império*. Trad. Marcelo Musa Cavallari. São Paulo: Planeta, 2010.
- GIBSON, Andrew. *James Joyce*. Londres: Reaktion Books, 2006.
- GIKANDI, Simon. Introdução. In: NGŪGĨ WA THIONG’O. *Um grão de trigo*. Trad. Roberto Grey. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015, p. 5-12.
- HALL, Stuart. Que ‘negro’ é esse na cultura negra?. In: HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013, p. 372-388.
- JOYCE, James. *A Portrait of the Artist as a Young Man*. Edited by John Paul Riquelme. Londres: W. W. Norton & Company, 2007.
- JOYCE, James. *De santos e sábios*. Trad. André Cechinel et al. São Paulo: Iluminuras, 2012.
- JOYCE, James. *Um retrato do artista quando jovem*. Trad. Caetano W. Galindo. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2016.
- MACKENZIE, John M. The Significance of the British Empire. In: DALZIEL, Nigel. *The Penguin Historical Atlas of the British Empire*. Londres: Penguin Books, 2006, p. 8-9.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.
- NGŪGĨ WA THIONG’O. *Decolonising the Mind*. Harare: Zimbabwe Publishing House, 1994.
- RODRIGUES, Ângela Lamas. *A língua inglesa na África: opressão, negociação, resistência*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SCHÜLER, Donaldo. *Joyce era louco?*. Cotia: Ateliê Editorial, 2022.
- WHITE, Hayden. Historical Discourse and Literary Writing. In: KORHONEN, Kuisma (ed.). *Tropes for the Past – Hayden White and the History / Literature Debate*. Amsterdã: Rodopi, 2006, p. 25-33.
- WOOD, Ellen Meiksins. *O império do capital*. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

